



Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO DEBATE DA CATEGORIA PROFISSIONAL NA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE

BÁRBARA DA ROCHA FIGUEIREDO CHAGAS¹
MARIA CLARA EZEQUIEL BEZERRA²
FERNANDA NEVES GASPAR³
FLÁVIA FERREIRA ALVES DO NASCIMENTO⁴

Resumo: O presente artigo apresenta resultados de pesquisa integrante de projeto de iniciação científica. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma revisão e estudo bibliográfico da produção intelectual no Serviço Social acerca das categorias trabalho e precarização, considerando-se as publicações realizadas na revista Serviço Social & Sociedade, entre os anos de 2010 a 2017.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho; Precarização.

Abstract: The present article presents results of an integral research project of scientific initiation. This paper aims to present a review and bibliographic study of the intellectual production in the Social Work about the categories of work and precariousness, considering the publications carried out in the magazine Social & Society between 2010 and 2017.

Keywords: Social Work; Work; Precariousness.

1. INTRODUÇÃO

A categoria de assistentes sociais construiu, nas últimas décadas, um projeto profissional crítico que, por meio de seus mecanismos – da formação ao exercício profissional – objetiva constituir um corpo profissional hegemonicamente comprometido com a defesa dos direitos sociais na perspectiva da emancipação humana.

Este projeto profissional foi construído em um processo de rupturas com o conservadorismo na profissão. A conjuntura de crise da ditadura militar, bem como as lutas econômicas e o forte enfrentamento da classe trabalhadora ao

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <claraezequiel@hotmail.com>

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal da Paraíba.

regime formaram um período histórico fundamental para a compreensão do tempo presente e as mudanças pelas quais passou o Serviço Social. As décadas de 1970 e, principalmente, 1980, foram solo fértil para conformar uma concepção de profissão absolutamente diferente de suas origens.

As Diretrizes Curriculares, que ordenam o projeto de formação profissional em Serviço Social, são, portanto, fruto de profundas mudanças pelas quais passou a categoria, de ruptura com a hegemonia do conservadorismo na profissão. É parte “de um giro notável, cuja evidência mais perceptível é a interlocução com a tradição marxista” (Netto, 2011, p. 10). As Diretrizes são, ao lado do Código de Ética profissional e da Lei de regulamentação da profissão (8662/1993), instrumentos normativos da profissão que constituem a materialização do Projeto Ético-Político profissional (CFESS, 2011).

A conjuntura dos anos 1990, marcada por uma profunda crise do projeto político de esquerda em nível mundial e nacional e a crescente falta de perspectiva societária e política, se agrava mediante um conjunto de medidas fundadas no neoliberalismo: contrarreforma do Estado e sucateamento dos serviços públicos.

Como desdobramento deste processo observam-se imensos desafios no âmbito do exercício profissional do Serviço Social. Na perspectiva neoliberal de restrição e focalização das políticas sociais é notável a desestruturação da Seguridade Social, por meio do sucateamento e privatização da saúde e previdência pública, paralelo a uma devastadora ampliação da política de assistência social, com um forte apelo assistencialista no combate à extrema pobreza. Esta tendência reconfigura o mercado de trabalho para assistentes sociais, ampliando-se o número de postos de trabalho, ao passo em que se observa um rebaixamento nas condições de trabalho e salariais. Estes elementos, ainda, conformam espaços sócio-ocupacionais que requisitam perfis profissionais diferentes do pretendido pelo projeto da profissão, a saber, profissionais voltados para a gestão da pobreza, por meio de programas sociais cada vez mais restritivos e distanciados da perspectiva do direito social.

Observando-se a importância desta temática, este artigo apresenta resultados da pesquisa bibliográfica que realizou o levantamento da produção

intelectual publicada na Revista Serviço Social & Sociedade, notadamente a publicação de maior tradição e prestígio na categoria profissional de assistentes sociais.

Esta pesquisa teve por objetivo: recensear e sistematizar como as categorias trabalho/mercado de trabalho e precarização têm sido abordados pela categoria profissional e analisar criticamente os aspectos teórico-políticos que fundamentam o debate destas categorias no Serviço Social.

Para tal, o percurso metodológico dividiu-se nas seguintes etapas: definição do recorte temporal a ser pesquisado, a saber: 2010 a 2017, em que considerou-se a disponibilidade digital do material fonte de consulta; busca na plataforma digital que disponibiliza as publicações da revista pelas seguintes palavras-chave: trabalho, mercado de trabalho, precarização, condições de trabalho, desafios e flexibilização. A partir de então, realizou-se a leitura e análise dos títulos e resumos de todos os resultados da referida consulta, em que houve a identificação e seleção dos trabalhos publicados que relacionavam-se direta ou indiretamente com o tema de estudo. Posteriormente, foi realizada a leitura, fichamento, análise, debate em grupo de pesquisa e organização dos resultados para posterior apresentação. Finda a pesquisa, apresentamos alguns de seus resultados.

2. TRABALHO E PRECARIZAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

A pesquisa das produções publicadas na Revista Serviço Social & Sociedade proporcionou o levantamento de 19 artigos publicados, entre os anos de 2010 e 2017, sobre a temática da precarização do trabalho. A análise destas produções, proporcionou a sistematização do conteúdo, em que buscou-se identificar o que os autores consideram como fundamentos da precarização do trabalho, bem como, expressões da precarização do trabalho.

Para cada uma dessas dimensões, observou-se, nas publicações analisadas, categorias e determinações comuns, com mais ou menos ênfase em cada um dos trabalhos. Dessa forma, pôde-se classificar as categorias utilizadas nos artigos pesquisados, para fins de análise.

2.1. Fundamentos sócio-históricos da precarização do trabalho do assistente social

O processo de construção do conhecimento prescinde de uma aprofundada investigação, que seja capaz de elaborar no campo do pensamento uma apreensão aproximativa da complexa existência do objeto de estudo. Para isso é necessário fazer uma análise histórica do objeto, considerando suas determinações socioeconômicas, as relações de produção e reprodução social, buscando superar uma análise aparente dos fenômenos sociais e chegando à sua essência.

Para isso é necessário compreender o objeto de estudo numa perspectiva histórica. Analisar o fenômeno num processo histórico, considerando-se sua gênese e seu desenvolvimento. A realidade está em movimento e o fenômeno é submetido a múltiplas determinações, se relacionando com outros inúmeros fenômenos. Desta forma, há que se analisar o objeto numa perspectiva de totalidade, compreendendo sua relação com os demais fenômenos e em movimento permanente, uma análise dialética.

Nesse sentido, observou-se que os artigos pesquisados conectam-se diretamente com a perspectiva da teoria social crítica, pois observam-se os fundamentos sócio-históricos da precarização do trabalho do assistente social na perspectiva da totalidade, articulando suas determinações mais gerais às suas dinâmicas mais particulares.

Acerca dos fundamentos da precarização, observou-se no conjunto dos artigos, uma perspectiva de análise que entende o objeto como expressão das determinações mais gerais do capital, em que, para fins didáticos, pôde-se classificar as seguintes categorias como sendo as mais frequentemente observadas como determinações da precarização do trabalho do assistente social: a) a crise contemporânea do capital, que considerando suas ondas de crescimento, no marco geral de queda das taxas de lucro, entende-se como a crise que eclodiu desde a década de 1970 e que a burguesia não foi capaz de enfrentar; b) a reestruturação produtiva que ocorre desde essa crise, onde, destacadamente, observa-se um quadro geral de precarização do trabalho, acirrando-se a contradição entre exploradores e explorados, em que a

tecnologia cumpre um papel decisivo no agravamento da precarização do trabalho; c) a contrarreforma do Estado, entendida como redução de seu papel perante as demandas sociais, articulando-se ao grande capital na busca pela retomada de suas taxas de lucro, em que, observa-se, uma nova forma de gerenciamento do Estado que se desdobra na precarização de seus serviços e, portanto, na precarização da gestão de seus recursos humanos, na perspectiva da d) ideologia neoliberal, que penetra todas as esferas da vida humana, desde as materiais às subjetivas, como um sustentáculo do modo de ser do capital contemporâneo em crise, que vai reformar as formas de ser e viver da humanidade nos últimos decênios.

A seguir, destacaremos alguns dos elementos analisados pelos autores estudados acerca de cada uma das determinações supramencionadas.

2.1.1. Crise contemporânea e as respostas do capital

Segundo Santos (2010, p. 698), “o entendimento das condições de trabalho dos(as) assistentes sociais exige o pleno conhecimento das determinações e implicações da crise estrutural do sistema do capital (Mészáros, 2002)”, isto, pois, “tudo o que acontece na vida cotidiana, por um conjunto amplo de mediações, é determinado pelas condições estruturais da sociedade e pela ação dos sujeitos” (Ibidem).

Nesse sentido, torna-se necessário destacar os pontos fundamentais da crise estrutural deste modo de produção trabalhado pelos autores nos artigos pesquisados.

Em primeiro lugar, observa-se o entendimento de que trata-se de uma crise estrutural (Santos, 2010; Ceolin, 2014; Faleiros, 2014, Raichelis, 2011), no marco do capital monopolista e financeirizado (Idem).

Em segundo lugar, essa crise, deflagrada a partir dos anos 1970, tem sua base na contradição fundamental do contínuo crescimento do trabalho morto sobre o trabalho vivo (Ceolin, 2014, p. 250), gerando uma crise clássica de superprodução, no marco de um esgotamento de crescimento, cada vez mais evidente, deste modo de produção.

Assim, segundo Raichelis

desde a eclosão da crise mundial do capitalismo de base fordista, em meados dos anos de 1970, a questão social vem assumindo novas configurações e manifestações, pela sua estreita relação com as transformações operadas no “mundo do trabalho”, em suas formas de organização, regulação e gestão, e com as redefinições no âmbito do Estado e das políticas públicas (2011, p. 421)

Observa-se, então, nas análises dos artigos, o entendimento de que é a crise do capital que determinará, fundamentalmente, as mudanças no mundo do trabalho e no padrão de proteção social público, elementos fundamentais para compreensão do objeto de estudo em tela.

2.1.2. Reestruturação produtiva e mundo do trabalho

A reestruturação produtiva e as diversas transformações no mundo do trabalho, são identificadas nos artigos analisados como estratégias de enfrentamento à crise e tentativa de restauração da hegemonia burguesa. Ceolin (2014, p. 251) destaca que

a reestruturação do capital complexifica a relação capital-trabalho, intensifica a fragmentação do proletariado e aprimora o controle de sua subjetividade pela burguesia, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social.

Neste sentido, são instauradas novas formas de exploração que intensificam a precarização, afetando negativamente as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Colombi (2016, p. 578) pontua que o molde estabelecido para a produção econômica está baseado na acumulação flexível, que, flexibilizando as relações de trabalho, de produção e consumo, irá fortalecer e organizar o capital na obtenção de seus anseios.

Ceolin (2014) destaca que as transformações no universo do trabalho no capitalismo contemporâneo desproletariza o trabalho industrial fabril e amplia o assalariamento no setor de serviços, fato que sustenta a tese do ‘fim do trabalho’. Destaca ainda, que o processo de reestruturação produtiva nos moldes da sua flexibilização, generaliza a “subproletarização do trabalho, nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, doméstico e informal” (Ceolin, 2014, p. 251).

No mesmo sentido, Raichelis (2014, p. 430) afirma que as mudanças na organização da produção, supramencionadas, afetam não apenas as condições concretas de vida da classe trabalhadora, na medida em que esta encontra-se cada vez mais desprotegida de direitos, mas também sua subjetividade, pois os trabalhadores encontram-se, também, desprovidos de organização coletiva.

Os artigos analisados, então, sustentam o entendimento de que as transformações empreendidas no mundo do trabalho no contexto de reestruturação produtiva, precarizam ainda mais as condições objetivas e subjetivas em que se processa o trabalho. Estes processos irão definir padrões de atuação para o Estado, provocando redefinições nas políticas sociais.

2.1.3 Contrarreforma do Estado e políticas sociais

Ao pesquisar os fundamentos da precarização do trabalho do assistente social, a contrarreforma do Estado aparece, notadamente, como um determinante de extrema importância para os autores consultados.

Para Ceolin

As transformações no mundo do trabalho têm alterado as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social, com ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais (2014, P. 250)

Especificamente no caso do Brasil, este processo é observado fortemente nos anos de 1990, em que “foi possível assistir a inúmeras mudanças ocasionadas pelo projeto neoliberal, que teve início no governo Collor e se consolidou na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC)” (SILVA E RAICHELIS, 2015, p .585), materializados no “enxugamento do Estado, com evidente desprezo das conquistas sociais garantidas na Constituição de 1988, sob o mote das ‘reformas’” (SILVA E RAICHELIS, 2015, p.585).

Silva e Raichelis (2015, p. 587) destacam, ainda, implicações da reestruturação produtiva nas organizações públicas, em que podemos

identificar o enxugamento de postos de trabalho, ampliação da prestação de serviços a partir da terceirização, perda de direitos materializados em benefícios, e incorporação de novos mecanismos de controle e fiscalização do trabalho, nos marcos da contrarreforma estatal.

2.1.4. Ideologia neoliberal e impactos na subjetividade humana em meio à crise do capital

Todas as mudanças econômicas, sociais e políticas assinaladas pelos autores e trabalhadas nos itens anteriores deste artigo, relacionam-se dialeticamente com a ideologia neoliberal. Dialeticamente, pois, por um lado, estas mudanças não poderiam ocorrer sem uma base de sustentação ideológica que convencesse de sua necessidade e, por outro lado, as mudanças ocorridas provocam, também, novas formas de ser e pensar.

Assim, “o neoliberalismo difunde a ideia de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos e seus grupos sociais. Deslocam-se as respostas às manifestações da questão social da esfera do Estado para a do mercado e a sociedade civil” (CEOLIN, 2015, p. 253). Essa é a ideia que sustenta a contrarreforma do Estado.

Nesse sentido, o Estado acentua “seu papel político para atender prioritariamente os interesses do capital em detrimento do atendimento às necessidades humanas” passando “a operar cada vez menos na perspectiva dos direitos e mais na lógica do mercado com sua ânsia de eficácia e produtividade” (SANTOS, 2010, P. 701), características da ideologia neoliberal.

No Serviço Social, esta ideologia “produz drásticas implicações à dimensão teórica, metodológica, política e técnica do trabalho profissional” (MORAES P. 592) provocando, inclusive, o questionamento do projeto profissional pela própria categoria” (Ibidem).

2.2. Expressões da precarização no trabalho do assistente social

No âmbito das expressões da precarização do trabalho do assistente social, a partir das determinações trabalhadas anteriormente, observou-se que os autores trabalham com aspectos objetivos e subjetivos.

Para fins didáticos de apresentação dos resultados dessa pesquisa, classificou-se, também, as expressões da precarização em três categorias mais frequentes nas análises dos autores, a saber: a) alienação e impactos na organização coletiva; b) racionalidade burocrática e informatização do trabalho e, c) condições de trabalho.

A seguir, apresentamos alguns elementos trabalhados pelos autores no marco destas categorias.

2.2.1. Alienação e impactos na organização coletiva

Como explicitado anteriormente, o processo de precarização do trabalho está relacionado com as determinações gerais do modo de produção capitalista, que em um contexto de crise instaurada desde a década de 1970 irá desenvolver estratégias para seu enfrentamento. Tais ações implementadas irão rebater em todas as esferas da vida social.

Analisando os artigos buscou-se identificar o que os autores apontam como expressões da precarização do trabalho do Assistente Social. Dentre as categorias e expressões comuns nas publicações encontramos com significativa importância os desdobramentos subjetivos do processo de precarização do trabalho.

Vicente (2015) pontua que

se verifica nos modos de precarização do trabalho uma degradação ética e moral das relações inter-pessoais e inter-hierárquicas (e, no caso do Serviço Social, podemos incluir as relações com a população), ocasionando um desgaste ético nas relações, atingindo valores como a reciprocidade, o respeito, a confiança e o reconhecimento de cada um (p. 571).

Neste sentido, observa-se que no processo de reestruturação do capital, alguns valores são impregnados nas relações sociais para orientar os indivíduos em sua conduta pessoal e profissional. Santos (2010, p. 578) afirma

que se trata da disseminação de um ethos funcional ao capitalismo, que constantemente está em atualização para dar conta das necessidades deste.

O processo de desvalorização das pessoas, a descartabilidade dos trabalhadores e a situação de desemprego estrutural foram fatores identificados nos trabalhos como determinantes para radicalização da coisificação das relações humanas, fragilizando a dimensão ética do trabalho e a identidade individual e coletiva dos sujeitos.

As transformações no mundo do trabalho, com ênfase na precarização, e toda ofensiva do capital ameaçam a dimensão intelectual do trabalho na direção do projeto ético-político do Serviço Social. Esta realidade, analisada nos artigos, converge para práticas reduzidas ao imediatismo e frágeis vínculos com os valores do projeto profissional hegemônico. Moraes (2016, p. 592) sustenta que tal realidade captura o sêmen do pensamento crítico do assistente social, deixando sua intervenção cada vez mais desprovida de criticidade e sua autonomia cada vez mais relativizada.

A intensificação das possibilidades de alienação é destacada nos artigos (MORAES 2016; RAICHELLIS 2011; SILVA E RAICHELLIS 2015; VICENTE, 2015) e está relacionada às condições de trabalho destes profissionais, isto é, aos condicionantes objetivos impostos para sua atuação. Formas precárias de inserção, perda de direitos, fragmentação do processo de trabalho, requisitos de produtividade e eficiência são alguns elementos no processo de trabalho destacados pelos autores que aprofundam as possibilidades de alienação.

Raichellis (2011, p. 431) também destaca como expressão da precarização do trabalho o aumento da fragilidade sindical, destacando os efeitos políticos da terceirização, que “produz discriminação, pulverização e competição entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo a representação política da classe trabalhadora”. Neste sentido, a fragilidade na organização coletiva dos trabalhadores também é uma expressão das condições precárias a que estão submetidos.

A ofensiva neoliberal emprega mecanismos para fragmentar o conjunto dos trabalhadores e suas entidades, uma vez que é através da organização coletiva que temos a possibilidade de resistir na luta por melhores condições de vida e de trabalho frente a constante violação de nossos direitos. Boschetti

(2011, p. 564) destaca a importância do conjunto CFESS/CRESS na luta por melhores condições de trabalho dos assistentes sociais, implementando diversos tipos de ações junto a órgãos públicos e privados.

Raichellis (2010, p. 767) aponta que diante desta conjuntura de precarização do trabalho são necessárias estratégias de organização coletiva dos trabalhadores, fortalecendo as reflexões coletivas, ampliando as discussões nas associações da categoria e no conjunto da formação e propondo a participação efetiva de todos os trabalhadores, mesmo diante de um contexto extremamente adverso.

2.2.2. Racionalidade burocrática e informatização do trabalho

Segundo Raichelis (2011, P. 767) as tecnologias de informação intensificam os processos de trabalho, produzem um efeito mais controlador sobre o trabalho”. Santos (2011, p. 702), acrescenta que, “temos que considerar também que em algumas instituições em que há sistemas sofisticados de informatização, os recursos existentes são destinados ao controle excessivo do trabalho e dos indivíduos”.

Neste sentido, as autoras apontam a tecnologia como um dos mecanismos que ao ser implementado equivocadamente tem contribuído para o empobrecimento e burocratização dos serviços nos espaços sócio-ocupacionais.

A informatização que deveria propiciar um melhor atendimento aos usuários se dá no sentido de aligeirar as atividades. Na lógica capitalista coloca-se sempre a diminuição do tempo sob o aumento da demanda, “organizam e encadeiam as tarefas de modo que desapareçam os tempos mortos, quantificam as tarefas realizadas e permitem a avaliação fiscalizatória do desempenho” (Raichelis, 2011, p.767)

A racionalidade burocrática também aparece nos artigos analisados como uma das categorias que tornam precárias as condições de trabalho dos assistentes sociais, conforme destaca Raichelis:

[...] ampliação do ritmo do trabalho, metas inalcançáveis, extensão da jornada, polivalência, rotatividade, multiexposição aos agentes físicos, químicos, ergonômicos e organizacionais conduzem à intensificação do trabalho, potencializada pelo desenvolvimento tecnológico da microeletrônica. [...]

fragilização das condições de segurança no trabalho, diluição de responsabilidades entre estáveis e instáveis, precárias condições de trabalho implicam maior exposição a riscos e sujeição a condições aviltantes de aumento da produtividade, gerando precarização da saúde e da segurança no trabalho [...] aumento da fragilidade sindical e dos efeitos políticos da terceirização, que produz discriminação, pulverização e competição entre os próprios trabalhadores, enfraquecendo a representação política da classe trabalhadora. (2011, p. 431)

Essa intensificação das jornadas de trabalho dificulta e inviabiliza uma maior reflexão crítica sob as demandas que são apresentadas, uma vez que, força os profissionais a serem meros executores operacionais das ferramentas que lhes são dadas.

Conforme aponta Colombi,

As demandas para o profissional estão cada vez mais intensificadas e com manifestações múltiplas de complexas contradições, impossibilitando uma articulação aprofundada com os movimentos sociais e com a rede, trazendo o risco de levar a atuação para parâmetros superficiais e desconexos com a conjuntura política, econômica e social (2016, p. 584).

Deste modo, caracteriza-se o pragmatismo como sendo mais um elemento que têm se apresentado na cotidianidade do trabalho dos assistentes sociais, visto que todo o processo de informatização e burocratização perpassa a lógica da praticidade e objetividade das ações, seguindo a ordem capitalista da imediatividade, divergindo do atual projeto ético-político da profissão.

Segundo Moraes,

[...] no contexto atual têm sido ameaçadas as possibilidades de aprofundamento do conhecimento, da tentativa de romper com o absolutamente visível, da pesquisa da realidade social, da intercessão entre a dimensão investigativa e interventiva, do aprofundamento das informações traduzidas na imediatividade da realidade, da sistematização e estudo dessas informações e do planejamento crítico do trabalho profissional. (2016, p. 591)

Verifica-se, portanto, nas análises dos artigos que as categorias apresentadas são vistas como uma problemática comum nos espaços sócio ocupacionais, e que o acirramento destas contradições têm tido rebatimento na qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais do serviço social, que além de lidar diretamente com as políticas de enfrentamento a questão social, lidam como trabalhadores assalariados que estão sujeitos a sofrerem com a precarização.

2.2.3. Condições de trabalho

As condições objetivas, na qual se destaca a infraestrutura, são fatores que influenciam nas condições de trabalho do assistente social, ou na falta dela. A ausência de equipamentos e de locais para a guarda do material que são de uso exclusivo dos profissionais é resultado do comprometimento do espaço físico oferecidos pelas instituições, que proporciona dificuldades no trabalho destes profissionais.

A falta de condição de infraestrutura nos espaços institucionais faz com que não haja como garantir a privacidade dos usuários naquilo que for revelado durante a intervenção profissional e que o assistente social não tenha assegurado as condições para manter o sigilo profissional. Isto se agrava em situações em que usuários tiveram seus direitos violados e buscam o Serviço Social na perspectiva de recompor esses direitos. Por exemplo, quando crianças e adolescentes foram vítimas de abuso e/ou exploração sexual, a falta de condições de trabalho, notadamente a ausência de espaço com recursos para garantir o sigilo profissional, gera uma situação em que em vez de proteção institucional, usuários são submetidos à exposição, vivenciando outra violação de direito no momento do atendimento (SANTOS, 2010, p. 701)

Segundo Vicente (2015), há situações em que essa a precarização na infraestrutura demonstra-se ainda mais comprometedor, “[...] há falta de água nos sanitários, falta de limpeza dos postos, presença de roedores, falta de ventilação etc.” Enquanto classe trabalhadora, o profissional que luta para contra a violação de direitos, vê seu direito enquanto profissional ser violado constantemente, interferindo no atendimento aos usuários.

Nos vínculos empregatícios observa-se duas situações: houve uma grande conquista quanto a realização de concursos em áreas de importante atuação profissional, “sendo a maior conquista, inegavelmente, a realização do concurso para novecentos assistentes sociais no INSS, o que foi um feito inédito no âmbito das políticas públicas.” (BOSCHETTI, 2011, p. 564-565). De fato, é um fato a ser celebrado, contudo, a outra situação é de que os vínculos empregatícios com que na maioria das vezes tem se deparado os Assistentes Sociais são lastimáveis. Os mesmos se veem obrigados a aceitarem empregos nos quais lidam com perda de seus direitos, contratos temporários e rebaixamento de salários, fruto da reestruturação do capital. A vida profissional

desses é cercada de insegurança, e para que sua sobrevivência seja garantida acabam sujeitando-se a situações onde estão desprotegidos:

a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos(as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental. (BOSCHETTI, 2011, p. 562)

A autonomia profissional também se revela como um fator que expressa a precarização nas condições de trabalho. Ao compreender que esse profissional “depende da venda de sua força de trabalho para a manutenção de sua sobrevivência e, enquanto trabalhador assalariado tem que responder às prescrições institucionais, que redesenham o caminho da burocracia, do empirismo e do imediatismo (Moraes, 2016). Ao mesmo passo em que o assistente social possui um norteamento de suas ações para com os usuários, o mesmo é pressionado a seguir as normas da instituição na qual trabalha, ou seja, ele lida com uma autonomia relativa onde precisa realizar seu trabalho para com a classe que categoria direciona suas ações, sem deixar de atender as solicitações daqueles que mantém a sua sobrevivência, e esses possuem direcionamentos contrários aos propostos pela profissão de Serviço Social.

Além de ser uma expressão da precarização nas condições de trabalho dos Assistentes Sociais, o Assédio Moral revela-se como uma “[...] estratégia do capital para aprofundar o processo de dominação do trabalho, a partir do acirramento de situações de violência que atingem a alma e o corpo do (a) trabalhador (a), provocando doenças físicas e psíquicas.” (Silva e Raichelis, 2015). Essa estratégia visa fazer com que aquele que sofre tal violação sintam-se constrangido, humilhado, incapacitado a ponto de pedir demissão. Além do constrangimento vivido pelo profissional, tal situação causa o isolamento do mesmo e o enfraquecimento dos elos de trabalho, já que essa perseguição impede a articulação e solidariedade de outros trabalhadores (VICENTE, 2015) que temem passar pela mesma situação.

Situações como as mencionadas acima, e a sobrecarga que as mesmas trazem para a vida do assistente social, podem acabar resultando em adoecimento. Esse pode ser desencadeado por diversos motivos como estresse, cansaço e outras sobrecargas emocionais e físicas. Fato que tem se

tornado freqüente na categoria, ainda que se saiba pouco sobre o assunto dentro da mesma:

Os impactos do trabalho na saúde do trabalhador têm sido estudados em vários campos do conhecimento, inclusive pelo Serviço Social, mas ainda muito pouco se conhece sobre o adoecimento de assistentes sociais diante da exposição continuada às mais dramáticas expressões da questão social [...]. É sabido, contudo, que a intensificação e a elevação da carga de trabalho nos diferentes ramos de atividade e espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais produzem efeitos sobre o corpo e a mente, podendo resultar, conforme muitos analistas, em um novo padrão de problemas saúde trabalho decorrentes das novas exigências do trabalho contemporâneo. (SILVA E RAICHELIS, 2015, p.599)

Por vezes os profissionais têm sido bombardeados de demandas não somente na instituição onde trabalham como também através de eletrônicos (Santos, 2010), fazendo com que o mesmo esteja a todo tempo conectado ao trabalho. Ao sobrecarregar o Assistente Social de tantas maneiras, a instituição espera respostas rápidas das demandas passadas ao profissional. Isso demonstra uma fragilidade no próprio vínculo empregatício, que ainda espera do Serviço Social respostas imediatas, mecanicistas e desprovidas de um olhar atento a totalidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa observou o esforço intelectual da categoria de assistentes sociais na perspectiva do entendimento dos desafios postos na contemporaneidade. Observou-se que esta categoria mantém-se conectada com os princípios e diretrizes que fundamentam o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Identificou-se, ainda, a carência de realização de pesquisas empíricas que visem aprofundar o entendimento acerca das expressões da precarização no trabalho do assistente social.

Por fim, diante de tantos desafios, considera-se importante analisar segundo Barroco, as perspectivas quanto às lutas e enfrentamentos necessários nos próximos tempos, que nos trazem esperança no porvir:

Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram

inventadas por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto (2011, p. 215).

4. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.107, pp.405-419, 2011.

AZEVEDO, Fernanda Caldas de. Consultoria empresarial de Serviço Social: expressões da precarização e da terceirização profissional. **Serv. Soc.** [online]. 2014

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2011.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.** [online]., n.118, pp.239-264, 2014.

Colombi, Bárbara Leite Pereira. A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do Judiciário. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.127, pp.574-586, 2016. ISSN 0101-6628.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.120, pp.706-722, 2014.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.104, pp.715-736, 2010.

LACERDA, Lélica Elis P. de. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2014

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.107, pp.497-508, 2011.

MORAES, Carlos Antonio de Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.127, pp.587-607, 2016.

- OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.104, pp.737-749, 2010.
- QUEIROZ, Pedro. A nova morfologia do trabalho, informalidade e precarização. **Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 395-397, abr./jun. 2014.
- RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador ssalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.** [online]., n.107, pp.420-437, 2011.
- RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.104, pp.750-772, 2015.
- RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.116, pp.609-635, 2015.
- SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serv. Soc. Soc.** [online], São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez.
- SILVA, Ociana Donato da; Raichelis, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Serv. Soc. Soc.** [online], n.123, pp.582-60, 2015.
- VICENTE, Damares. Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação. **Serv. Soc. Soc.** [online]., n.123, pp.562-581, 2015.